

MEMÓRIA COLONIAL EM *CADERNO DE MEMÓRIAS COLONIAIS* DE ISABELA FIGUEIREDO

COLONIAL MEMORY IN *CADERNO DE MEMÓRIAS COLONIAIS*
OF ISABELA FIGUEIREDO

Cinthia da Silva Belonia¹

Resumo

No presente artigo será abordado a memória de uma criança de doze anos acerca do período colonial de Moçambique pouco antes do 25 de Abril. A escritora Isabela Figueiredo recorda a figura paterna, que para ela era a representação do colonizador, para testemunhar o racismo e os maus tratos sofridos pelo negro moçambicano antes da independência. A personagem da narrativa, assim como a autora do livro escolhido para este trabalho, *Caderno de Memórias Coloniais*, é uma retornada. Este artigo analisa a necessidade dos retornados em testemunhar o que viveram em África antes desse retorno.

Palavras-chave: memória, testemunho, retornado, história.

Abstract

This article speaks of the a twelve year old child's memories of the Mozambique colonial period just before the april 25th. The writer Isabela Figueiredo reminds a father figure, represented by the colonizer, testifying the racism and the mistreatment suffered by the black mozambican before the independence. Both character and author of this work's book, Caderno de Memórias Coloniais, are returned. This article analyzes the need of the returned to testify what they lived in Africa before the comeback.

Keywords: memory, testimony, returned, history.

¹Graduada em Letras-Português pela Universidade Federal do Espírito Santo. Mestre em Literaturas Estrangeiras Modernas pela Universidade Federal Fluminense. Doutoranda em Literatura Comparada na Universidade Federal Fluminense. E-mail: cinthiabelonia@gmail.com

A escritora portuguesa Isabela Figueiredo inicia seus escritos em seu blog, “Mundo Perfeito” (o blog atual se chama “Novo Mundo”), escrevendo o que, durante anos, não tivera coragem para contar e enfrentar: a infância em Moçambique, o racismo por parte dos colonos portugueses e do pai, que, para ela, era quem lhe “trazia o mundo”. Sua narrativa, *Caderno de Memórias Coloniais*, é uma espécie de ajuste de contas com o pai, uma forma de absolvê-lo, mas também um ajuste de contas com os outros retornados² vivos e com os portugueses que os maltrataram quando estes chegaram a Portugal sem saber que eles já haviam pagado um preço alto ainda na colônia:

Do ponto de vista pessoal não havia motivos para evitar estas revelações. A minha luta interior, pessoal, tinha acabado. Depois, e isto já é a minha costela cristã, que herdei do meu pai, a fazer das suas: ele não se confessou antes de morrer, e eu quero realizar essa confissão em seu nome, e ao fazê-lo, como sua principal acusadora, que fui, gostaria que também me fosse facultado o poder de o absolver. Quero acreditar que o tenho. Este livro serve para lhe dizer isso: ok, vai em paz, estás absolvido! Agora, cá me arranjo eu com o resto! (FIGUEIREDO, 2010, [Adenda, p. 24])

Para a pesquisadora portuguesa Margarida Calafate Ribeiro, o livro assume uma culpa herdada que pertence ao imaginário português por uma onda nostálgica de África.

Caderno de memórias coloniais fala da sociedade colonial de Moçambique sob a perspectiva do retornado, descrevendo a violência direcionada aos negros e a humilhação sofrida depois do 25 de abril³, primeiro em Moçambique e depois em Portugal. É narrado em primeira pessoa, não poupando detalhes ao leitor. Nos ajuda a compreender o sentido da presença portuguesa na África do ponto de vista de uma menina, com então 12 anos, que deixa Moçambique. Ela reescreve a história oficial em toda a sua crueza, partindo do racismo cotidiano até às agressões sofridas pelos colonos depois do 25 de abril. Faz isso sem demonstrar nostalgia. O encanto habita na observação da criança que narra já perto de se tornar adolescente, oscilando entre a ingenuidade e uma franqueza crua, onde descreve uma realidade cotidiana contraditória, repleta de valores desmedidos. O relato é acompanhado por fotografias que enfatizam a imediatez e o realismo doloroso que o livro imprime de uma sociedade colonial vivendo entre dois mundos, nos quais não se disfarça nem se tenta desculpar.

Esse livro é a memória a partir do olhar de uma criança sobre o colonialismo português personificado na figura do pai. “Esse livro é um grito, no sentido em que relata a vivência do trauma que unifica a pessoa do pai à violência explícita e implícita do colonialismo português” (RIBEIRO, 2012, p. 93). O romance alinha-se à geração dos netos que Salazar não teve: os filhos da Guerra Colonial, da ditadura, dos retornados, crianças com uma memória própria dos eventos que levaram ao fim o império português em África, ou a pós-memória (aqueles que não têm memória própria desses eventos, mas cresceram ouvindo as histórias das quais não foram testemunhas). O livro narra o período colonial em Lourenço Marques, a guerra colonial e a chegada dos retornados a Portugal. No entanto, para este trabalho, ocupar-me-ei apenas do período colonial. A narrativa é baseada nas memórias de uma criança

² Retornado é a designação dada aos portugueses brancos que, após a independência das colônias portuguesas em África, tem que regressar a Portugal.

³ Revolução de 25 de Abril de 1974, denominada por alguns como Revolução dos Cravos.

que não compreende muita coisa, mas escuta e absorve o que é dito pelos adultos ao seu redor: “O meu pai conversava na rua com outros homens. Eu rodopiava à sua volta, como sempre, escutando o ruído distante das conversas” (FIGUEIREDO, 2010, p. 73). Isabela Figueiredo inicia seu livro apresentando o pai como um homem erotizado:

Foder. O meu pai gostava de foder. Eu nunca vi, mas via-se. Uma pessoa que observasse bem o meu pai, os olhos a sorrir simultaneamente com a boca, a sensualidade viril das mãos, braços, pés, pernas... uma pessoa que escutasse a maliciosa rapidez da sua resposta, o sentido de humor permanente e dúbio desse gigante percebia que aquele homem gostava de foder. Eu não sabia, mas sabia. (FIGUEIREDO, 2010, p. 17)

A imagem paterna apresentada ao leitor não é nada agradável, sendo perturbadora também para a narradora. O pai não tem uma imagem dócil ou simpática, essa erotização é uma das características asquerosas desse homem. As memórias sobre ele raramente são nostálgicas:

O maior choque que sofri com a consciência da sexualidade paterna aconteceu no dia em que o vi, com os meus olhos de dez anos, cobiçar uma rapariga que passava, e atirar-lhe um piropo. Foi na bomba de gasolina que ficava à saída de Lourenço Marques, logo a seguir ao entroncamento da Matola. Estou a vê-lo fora da carrinha, braço apoiado na janela, esperando a vez que o preto viesse meter gasolina – e fazer aquela figura. Que vergonha! O meu pai! Que vergonha! (FIGUEIREDO, 2010, p. 18)

Esse testemunho da vida em África só é dado após a morte do pai. Pois, para ela, não era possível dizer a verdade sobre a presença de Portugal em Moçambique com o pai ainda vivo. Era um pacto de fidelidade que mantinha com ele, pois existia um sentimento de vergonha nos retornados. Vergonha por terem perdido tudo o que construíram em África. Por terem voltado a Portugal tão pobres, ou mais, quanto saíram. Para ela, o pai era a figura do colonizador:

Talvez eu não saiba bem, do ponto de vista histórico, o que foi o colonialismo – muito me escapará; mas sei muito bem o que foi o meu pai, o que pensava e dizia, e esse é um conhecimento prático do colonialismo que nenhum historiador pode deter a menos que tenha vivido a mesma experiência. (FIGUEIREDO, 2010, [Adenda, p. 22])

Muito escapará por não entender de fato o que acontecia naquele momento histórico em Moçambique, pois não tinha maturidade para isso, mesmo estando presente. No entanto, por ter vivido essa colonização, ela tem mais autoridade para falar do tema que um historiador que muito pesquisou o assunto.

A literatura portuguesa pós-25 de abril mostra a importância da memória como elemento fundamental para a construção da democracia, pois conta uma história de descolonização. Após a revolução, a Literatura Portuguesa passa a ser definida por “antes” e “depois” do 25 de abril. Essas narrativas de regresso do pós-25 de abril são a literatura saída da experiência da guerra colonial ocupando nessas narrativas um lugar privilegiado. São narrativas que pensam Portugal a partir da experiência africana. Neste artigo daremos destaque ao estudo da memória, do testemunho e da pós-memória. Paul Ricoeur,

em *A memória, a história, o esquecimento*, escreve: “Para falar sem rodeios, não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu, se passou *antes* que declarássemos nos lembrar dela” (RICOEUR, 2007, p. 40). Para ele o testemunho constitui a estrutura fundamental de transição entre a memória e a história. É através do testemunho que muitos fatos históricos podem ser narrados para as gerações futuras.

Beatriz Sarlo, crítica literária argentina, em *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*, escreve que é possível não falar do passado. O Estado, o governo e a família podem sustentar essa proibição, mas esse passado não é de todo eliminado, pois o passado sempre chega ao presente. Sarlo também aborda as outras formas de contar a história para além da disciplina acadêmica História:

As modalidades não acadêmicas de texto encaram a investida do passado de modo menos regulado pelo ofício e pelo método, em função de necessidades presentes, intelectuais, afetivas, morais ou políticas. [...] São versões que se sustentam na esfera pública porque parecem responder plenamente às perguntas sobre o passado. Garantem um sentido, e por isso podem oferecer consolo ou sustentar a ação. Seus princípios simples reduplicam modos de percepção do social e não apresentam contradições com o senso comum de seus leitores, mas o sustentam e se sustentam nele. Ao contrário da boa história acadêmica, não oferecem um sistema de hipóteses, mas certezas. (SARLO, 2007, p. 14-15)

As “histórias da vida cotidiana”, que são produzidas, em geral, de forma coletiva, são usadas para contar a história do ponto de vista de quem a viveu. Por se tratar da vida cotidiana, as mulheres ocupam uma parcela importante do quadro. Seus “discursos de memórias” compõem diários, cartas, conselhos, orações. Segundo Sarlo, o testemunho em primeira pessoa, por vezes, é a única fonte para se chegar ao passado, porque não existem outras ou por este ser o mais confiável. O núcleo do testemunho é a memória, o mesmo não ocorre com a história:

O testemunho pode se permitir o anacronismo, já que é composto daquilo que um sujeito se permite ou pode lembrar, daquilo que ele esquece, cala intencionalmente, modifica, inventa, transfere de um tom ou gênero a outro, daquilo que seus instrumentos, culturais lhe permitem, captar do passado, que suas ideias atuais lhe indicam que deve ser enfatizado em função de uma ação política ou moral no presente, daquilo que ele utiliza como dispositivo retórico para argumentar, atacar ou defender-se, daquilo que conhece por experiência e pelos meios de comunicação, e que se confunde, depois de um tempo, com sua experiência etc. etc. (SARLO, 2007, p. 58-59)

Como em qualquer outro discurso, escreve Sarlo, as ambições de verdade do testemunho são essa exigência de prerrogativas. No testemunho o anacronismo é mais inevitável que em qualquer outro gênero de história. É preciso lembrar essa qualidade anacrônica porque é impossível eliminá-la.

Os relatos em primeira pessoa são muito importantes para compor a história, demandam maior confiança. Acredita-se mais em quem conta porque sofreu na própria carne o que é relatado do que em quem conta porque ouviu de alguém diretamente. Quem sofreu a experiência detém a análise, quem não sofreu não tem motivos para detê-la.

Jeanne Marie Gagnebin, em *Lembrar escrever esquecer*, aborda o rastro benjaminiano que “inscreve a lembrança de uma presença que não existe mais e que sempre corre o risco de se apagar definitivamente” (GAGNEBIN, 2006, p. 44). Segundo ela, a memória utiliza a imagem/conceito de rastro por viver essa tensão entre presença e ausência. Presença de um passado já desaparecido que faz sua invasão em um presente evanescente. Lutar contra o esquecimento é uma tarefa política, pois a luta é contra a repetição do horror. É também uma tarefa ética, pois ajuda o historiador a enterrar os mortos do passado e a cavar um túmulo para aqueles que foram privados disso no passado.

O professor Márcio Seligmann-Silva, no texto “Apresentação da questão: A Literatura do Trauma”, escreve que:

O testemunho coloca-se desde o início sob o signo da sua simultânea necessidade e impossibilidade. Testemunha-se um excesso de realidade e o próprio testemunho enquanto narração testemunha uma falta: a cisão entre a linguagem e o evento, a impossibilidade de recobrir o vivido (o “*real*”) com o verbal. O dado inimaginável da experiência concentracionária desconstrói o maquinário da linguagem. Essa linguagem travada, por outro lado, só pode enfrentar o “*real*” equipada com a própria imaginação: por assim dizer, só com a arte a intraduzibilidade pode ser desafiada – mas nunca totalmente submetida. (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 46-47)

Para Seligmann o conceito da Literatura de Testemunho tem feito com que muitos teóricos revejam a relação entre a literatura e a “realidade”. O que se testemunha é algo extraordinário e que merece um relato, que não é feito apenas por aquele que viveu o “martírio”. A literatura, segundo Seligmann, sempre tem um teor testemunhal.

A memória narrada em *Caderno de Memórias Coloniais* apresenta uma Lourenço Marques bonita e tranquila, mostra que a cidade era boa apenas para os brancos, que eram servidos pelos negros:

Em Lourenço Marques, sentávamo-nos numa bela esplanada, de um requintado ou descontraído restaurante, a qualquer hora do dia, a saborear o melhor uísque com soda e gelo, e a debicar camarões, tal como aqui nos sentamos, à saída do emprego, num *snack* do Cais do Sodré, forrado a azulejos de segunda, engolindo uma imperial e enjoando tremoços. (FIGUEIREDO, 2010, p. 23)

Para os negros a vida era diferente. Eles serviam os brancos, pois branco nenhum gostava de empregar outro branco por ser mais caro. O trabalho de um negro saía mais barato e sempre podia concertar seus vícios com alguma “porrada pedagógica”. Branco e negro eram sempre diferenciados e lembrados dessa diferença:

Um branco e um preto não eram apenas de raças diferentes. A distância entre brancos e pretos era equivalente à que existe entre diferentes espécies. Eles eram pretos, animais. Nós éramos brancos, éramos pessoas, seres racionais. Eles trabalhavam para o presente, para a aguardente-de-cana do “dia-de-hoje”; nós para poder pagar a melhor urna, a melhor cerimônia no dia do nosso funeral. (FIGUEIREDO, 2010, p. 35)

A ironia é bastante usada para descrever o racismo presente em *Caderno de Memórias Coloniais*. O racismo descrito não é a visão da narradora, mas o que ela ouvia dos adultos de seu convívio:

Manjacaze era querido dos inquilinos. Os meus pais davam-lhe sempre sobras do pão do dia anterior, restos de comida, a roupa rasgada, velha, que tinha deixado de servir. De vez em quando, porque éramos católicos e bons – Páscoa, Natal, Entrudo – uma garrafa de vinho ou aguardente, uns fritos de minha mãe. Comida, bebida, objetos que eram dados com altruísmo ao preto bom, ao preto que vergava as costas e a cabeça numa vénia, quando nos via, e que era simplesmente bom, um bom preto. (FIGUEIREDO, 2010, p. 37)

A narrativa do dia do pagamento aos negros empregados do pai é um testemunho de como esses empregados eram tratados no período colonial: recebiam pouco, não podiam reclamar, quem reclamava apanhava de imediato, caso fosse dia de festa, recebiam comida e bebida enquanto esperavam o pagamento. “Gostava de ver ali os pretos do meu pai” (FIGUEIREDO, 2010, p. 40), eram uns diferentes dos outros, sorrindo ou não, com medo ou não. Ela aproveitava para observá-los quando o pai não estava por perto:

O procedimento era simples. Os negros iam à sala, e o meu pai entregava-lhes o dinheiro. Às vezes eles contavam e reclamavam. O meu pai gritava-lhes que nessa semana tinham estragado um cabo ou chegado tarde ou sornado ou mostrado má cara ou era só porque lhe apetecia castigá-los por qualquer coisa que tinha metido na cabeça. Não sei, tudo era possível. [...] Eu não tinha percebido as regras, eram só duas: receber e calar. Não era preciso agradecer. [...] Se reclamavam, havia milando, e não eram poucas as vezes em que saíam da sala com um murro nos queixos, um encontrão dos bons. Havia milando bravo. Ameaçavam o meu pai, o que o irritava ainda mais. Eram expulsos. [...] O meu pai tinha o condão de transformar os finais dourados das tardes de sábado num poço escuro de medo e raiva. (FIGUEIREDO, 2010, p. 40-41)

A narradora, ironicamente, diz acreditar que isso tenha ocorrido apenas na família dela, porque anos mais tarde veio a constatar que “os outros brancos que lá estiveram nunca praticaram o colon..., o colonis..., o colonialismo, ou lá o que era. Eram todos bonzinhos com os pretos, pagavam-lhes bem, tratavam-nos melhor, e deixaram muitas saudades” (FIGUEIREDO, 2010, p. 49). Ninguém quis levar a culpa do colonialismo.

Ser assimilado para o negro era uma forma de não ser português. Era uma tentativa de estar próximo do colonizador. Eles viviam na mesma terra, mas não poderiam ser iguais. O crime do negro era ser negro. O negro nunca poderia prosperar como um branco:

Era absolutamente necessário ensinar os pretos a trabalhar, para seu próprio bem. Para evoluírem através do reconhecimento do valor do trabalho. Trabalhando, poderiam ganhar dinheiro, e com o dinheiro poderiam prosperar, desde que prosperassem como negros. Poderiam deixar de ter uma palhota e construir uma casa de cimento com telhado de zinco. Poderiam calçar sapatos e mandar os filhos à escola para aprender ofícios que fossem úteis aos brancos. Havia muito a fazer pelo homem negro, cuja natureza animal deveria ser anulada – para seu bem. (FIGUEIREDO, 2010, p. 51)

Quando um empregado faltava ao trabalho, o pai ia até sua casa para “avisá-lo” com a “porrada pedagógica”, pois se sentia seu dono, portanto era seu direito fazê-lo: “O branco foi lá dentro, deu porrada no Ernesto, agora vai a sair, o branco trouxe a menina, é a filha do branco. [...] Aquele homem branco não é meu pai” (FIGUEIREDO, 2010, p. 53).

O tratamento hierárquico do branco com o negro era algo tão forte e entranhado na cultura colonial que as crianças o praticavam sem contestar o que faziam:

Nunca tinha batido em ninguém, mas dei-lhe uma bofetada, porque ela me irritou, porque não concordou comigo, porque eu é que sabia e mandava e estava certa, porque ela tinha dito uma mentira, porque me tinha roubado uma borracha, sei lá agora por que lhe dei a maldita bofetada! [...] Podia perfeitamente e impunemente bater-lhe. Era mulata. [...] Era mulata e não podia bater-me. Não me lembro se cheguei a pedir desculpa. Acho que não.

As camisas do pai eram sempre brancas. Camisa de algodão fino muito branca. Sempre muito bem lavada, passada a ferro com zelo pela mãe. Quando chegava em casa no fim do dia a camisa estava suja, negra de nódoas, porque ele tocava e se deixava tocar pelo pó. Essa camisa branca suja de terra é uma metáfora para o próprio livro: culpa e vergonha que a narradora sente por ter feito parte dessa colonização. “Tudo era branco, porque me vestiam sempre de branco, como um cordeiro que há-de sacrificar-se” (FIGUEIREDO, 2010, p. 73).

Apesar do pai representar a figura do colonizador para a narradora, ela também tinha memória dos bons tempos que passavam juntos nos fins de tarde:

Ele era fácil demais para mim. Muito fácil para mim. Sem me ensinar, o meu pai iniciava-me no prazer que já havia despontado com o estranho fogo do meu padrinho. Eu gostava da sua presença, de passear com ele a pé, por onde quer que eu fosse, de mão dada. Não falava comigo sobre responsabilidades, não me penteava nem endireitava a gola do vestido, como a minha mãe, mas dirigia-se-me como uma adulta. Falávamos do que o dia trazia e levava. E ele era livre comigo, aquela coisa sua, parte de si, igual a si. (FIGUEIREDO, 2010, p. 81)

Após a independência de Portugal a situação fica complicada para os brancos nas ex-colônias. A fuga para o país de origem, ou de origem da família, ocorre em massa. Antes de embarcar, a família e vizinhos pedem que a narradora conte ao chegar a Europa tudo o que os negros têm feito aos brancos em África:

“Os negros mataram, à catanada, o marido e os filhos da Conceição, no Infulene; lembra-te disto, desmembraram-no todo, estava espalhado no milharal... foi o teu pai que lhe encontrou os bocados...!
Já é uma mulher, tens de lhes contar o que fizeram à Candinha do Joaquim, com o pau... que a usaram todos, e depois lho espetaram por baixo até lhe sair à garganta, até morrer como Cristo.” Mas na metrópole não conheciam a catana. Seria necessário descrever as características e potencialidades dessa arma. Só depois contar. (FIGUEIREDO, 2010, p. 89)

No entanto, a narradora nunca deu seu testemunho: “Nunca entreguei a mensagem de que fui portadora” (FIGUEIREDO, 2010, p. 111). Para Isabela Figueiredo a escrita desse livro foi libertadora, pois nada do que escreveu foi fácil de admitir e revelar:

Levei anos. O “Caderno” aborda questões pessoais que me assombraram durante toda a vida. A “pequena colona branca” era uma questão demasiado presente, demasiado urgente; ocupava-me totalmente. Também considero que esta publicação é uma forma de me libertar mais dela. (FIGUEIREDO, 2010 [Adenda, p. 19])

O testemunho que a narradora precisa dar e que Isabela Figueiredo concretiza com a escrita do livro é necessário para contar uma história, aquela que não é contada em Portugal e nem em outros países do mundo, seja em países colonizados ou colonizadores. A história do cotidiano da colonização em África só é sabida por quem a viveu, tanto o branco de origem portuguesa quando o negro nativo. Esse cotidiano de racismo, maus tratos, servidão do negro, estupro, que se acumulam com o tempo em um rancor latente prestes a explodir no primeiro momento é visto, vivido e sentido por quem estava lá. A realidade de um país só é conhecida por quem participa dele. A guerra colonial sequer era noticiada em Portugal e o governo tentava sempre acalmar a população dizendo que não estava acontecendo nada. A violência que poderia explodir a qualquer momento, explode de forma bruta após o 25 de abril e isso precisava ser noticiado. Como não foi, passou a ser testemunhado pelos retornados. Muitos desses testemunhos foram escritos mais para justificar essa colonização e o racismo que os negros sofreram: eles precisavam ser civilizados e aqueles países precisavam prosperar. A memória opera de modo seletivo podendo ser arma política para vítimas de guerras onde o esquecimento estabelece a sua hegemonia. Isabela Figueiredo foi a primeira a contar a verdade sem romantizar. Sua narrativa é tão dura quanto a realidade:

Não se responde. Baixa-se os olhos. É mentira e é verdade, mas ambas precisam de voz, e não a temos. É muito cedo. Eu ainda estava na raiz da verdade. Ainda lá dentro, húmida, crescendo, comendo terra, esperando terra.

Todos os lados possuem uma verdade indelével. Nada a fazer. Presos na sua certeza absoluta, nenhum admitirá a mentira que edificou para caminhar sem culpa ou caminhar, apenas. Para conseguir dormir, acordar, comer, trabalhar. Para continuar. Há inocentes-inocentes e inocentes-culpados. Há tantas vítimas entre os inocentes-inocentes como entre os inocentes-culpados. Há vítimas-vítimas e vítimas-culpadas. Entre as vítimas há carrascos. Passa muito tempo até termos a voz, até termos saldado, a bem ou a mal, a dívida que pensávamos dever; até cuspirmos no dever e na honra e na fidelidade, essas cordas tão sujas, tão forçadas. Até não nos importarmos de ser apenas umas cabras, párias do sangue e da raça. Até perder a fé e a cortesia. Tudo. (FIGUEIREDO, 2010, p. 115)

O pai de Isabela Figueiredo, assim como o pai da narradora, é peça fundamental para essas memórias. Ele era a representação do colonialismo para uma criança de 12 anos que não entendia muito bem o que estava acontecendo no país em que morava. Ela tinha no pai o exemplo de tudo o que precisava entender, mesmo que não fosse bom:

Thaumazein, Ano VII, v. 9, n. 17, Santa Maria, p. 45-55, 2016.

Quando o meu pai regressou a Portugal trouxe consigo o colonialismo e nunca foi capaz de sair dele. O meu pai era o colonialismo. Portanto, o meu pai era também a injustiça e a violência. (FIGUEIREDO, 2010 [Adenda, p. 21].

Maria Paula Nascimento Araújo e Myrian Sepúlveda dos Santos abordam a memória em “História, memória e esquecimento: Implicações políticas”. Segundo elas, a memória opera a partir de um processo seletivo:

[...] os homens tecem suas memórias a partir das diversas formas de interação que mantêm com outros indivíduos. Assim sendo, determinadas lembranças são reiteradas no seio de famílias, outras entre os operários que trabalham em uma fábrica e assim por diante. Como os indivíduos não pertencem apenas a um grupo e se inserem em múltiplas relações sociais, as diferenças individuais de cada memória expressam o resultado da trajetória de cada um ao longo da sua vida. A memória individual revela apenas a complexidade das interações sociais vivenciada por cada um. (ARAÚJO e SANTOS, 2007, p. 96)

Para as autoras, a memória individual e a memória coletiva são vulneráveis a manipulação, sendo assim, elas têm limite no acesso ao passado. Diferente da história, as memórias coletivas estão ligadas a movimentos contínuos e lembranças transmitidas por gerações. Essas memórias têm limite à compreensão do passado não tendo total consciência do que transforma o passado segundo a sua percepção. Maurice Halbwachs, em “Memória coletiva e memória individual” afirma que a memória individual existe sempre com base em uma memória coletiva, pois as lembranças se constituem no interior de um grupo.

Segundo Araújo e Santos, a memória, a história e o esquecimento não se complementam e não se confundem, são experiências necessárias. Hoje nos encontramos distantes da noção de história como registro fiel do passado e da redução da memória a um tipo de reconstrução seletiva do passado. É fundamental perceber que na reconstrução do passado nada há de natural.

O papel da memória não é o de explicar, porque violência exagerada, barbárie, genocídio etc., não podem ser explicados, mas sim manter viva a lembrança do que não pode se repetir. Sobre o silêncio mantido por Isabela Figueiredo por anos, Araújo e Santos dizem:

Michel Pollak, no texto “Memória, esquecimento, silêncio” (1989) chamou atenção para os processos de dominação e submissão das diferentes versões e memórias, apontando para a clivagem entre a memória oficial e dominante e “memórias subterrâneas”, marcadas pelo silêncio, pelo não dito, pelo ressentimento. Esta clivagem pode aparecer não apenas nas relações entre a sociedade englobante e grupos minoritários. São lembranças “proibidas”, “indizíveis” ou “vergonhosas” que muitas vezes se opõem à mais legítima e poderosa das memórias coletivas: a memória nacional. (ARAÚJO e SANTOS, 2007, p. 104)

Só cabe na memória oficial a memória que exalta o heroísmo, mas é necessário considerar também os rancores, a humilhação e o desejo de vingança. A humilhação e o medo são motores poderosos da ação e reação humana. Essa memória dos retornados é uma memória de derrota, pois os portugueses foram expulsos de África e ao chegar à Portugal foram desprezados. Muito dessa literatura é para justificar a

colonização e para se dizer injustiçado, o que não é o caso do livro aqui trabalhado. O ressentimento dos retornados foi causado por experiências de sofrimento e humilhações que levam ao sentimento extremo de vingança e rancor.

Entender o retornado é fundamental para entender o que é ser português nos dias de hoje. Muitos desses saíram de África para Portugal apenas com a roupa do corpo, para chegar a um país que nunca viram e foram logo rotulados como “retornados”. A literatura sobre o retornado é uma forma especial de luto por narrar o recomeço de um povo, marcados pela vergonha e pela mágoa, que sai de um país onde foram colonos para chegar a um país onde serão subalternizados.

Margarida Calafate Ribeiro escreve que o 25 de abril é um momento símbolo do início de um tempo histórico em Portugal, onde sonhos, frustrações passadas e ansiedades seriam compensados. Nessa literatura se regressa à África para, através da memória, poder refazer o percurso de construção de uma nova identidade pessoal, transformada pelo 25 de abril em coletiva, e assim poder preencher as lacunas da história oficial, exorcizar os fantasmas e reescrever a história. Esse regresso se dá pelos diários, cartas, poemas, tudo aquilo que sobreviver às catástrofes, como o testemunho. São formas de transmitir para gerações futuras os absurdos da violência desnecessária de um colonialismo que, mesmo pobre, nunca é subalterno e nem inocente. O testemunho sobre o colonialismo praticado pelos portugueses poderia ter ficado em silêncio, pois ninguém em Portugal estava interessado em saber o que aconteceu aos negros ou aos brancos. Para que haja testemunho é preciso que haja interesse em conhecer aquilo que é testemunhado. A memória de África rapidamente caiu no esquecimento dos que não protagonizaram essa vivência e nesse grupo a memória não era partilhável. Daí o sentimento de solidão, abandono e não pertença a Portugal e não direito a pertença ao lugar em que nasceram ou viveram. Parte deste não lugar a importância do testemunho de quem viveu. Importância porque cumpriu a função de contar e quem ouve toma conhecimento e já não pode mais dizer que não sabia. É por não estarmos mais inseridos em uma tradição de memória coletiva, como dizia Halbwachs, que precisamos inventar estratégias para conservar a lembrança. Da memória fazem parte, não apenas o testemunho, como também o silêncio, a censura, a amnésia, a denegação e a mentira.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. “História, memória e esquecimento: implicações políticas”. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 79, p. 95-111, Dez. 2007.

FIGUEIREDO, Isabela. **Caderno de memórias coloniais**. 4. ed. Coimbra: Angelus Novus, 2010.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro Editora, 2006.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Marcio (org.). **História, memória e literatura: o testemunho**. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

RIBEIRO, Margarida Calafate. “A melancolia dos percursos: África na Literatura Portuguesa pós - 25 de abril”. **Africana Studia**. 1, 205-231. 1999.

_____. “Percursos africanos: a Guerra Colonial na literatura pós-25 de Abril”. **Portuguese Literary & Cultural Studies**, 1, 125-152. 1998.

_____. “O fim da história de regressos e o retorno a África: leituras da literatura portuguesa contemporânea”, in Elena Brugioni et al. (org.), *Itinerâncias: percursos e representações da pós-colonialidade*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, 89-99. 2012.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RIBEIRO, Margarida Calafate; RIBEIRO, António Sousa. “Os Netos que Salazar não teve: Guerra Colonial e memória de segunda geração”, **Revista Abril - Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF**, 6, 11. 2013.